



UNIVERSIDADE FEDERAL DE JUIZ DE FORA

FACULDADE DE EDUCAÇÃO

GRADUAÇÃO EM PEDAGOGIA

DAYANA BARBOSA PINA

INTEGRAÇÃO OU INCLUSÃO? CONCEPÇÕES E PRÁTICAS EDUCACIONAIS

Juiz de Fora

2023



DAYANA BARBOSA PINA

INTEGRAÇÃO OU INCLUSÃO? CONCEPÇÕES E PRÁTICAS EDUCACIONAIS

Trabalho de conclusão de curso apresentado à Faculdade de Educação da Universidade Federal de Juiz de Fora, como requisito parcial à obtenção da licenciatura em Pedagogia.

Orientador: Prof. Mylene Santiago

**Juiz de Fora
2023**





AGRADECIMENTOS

Em primeiro lugar, expresso minha gratidão a Deus por me abençoar e permitir que eu superasse todos os obstáculos ao longo desta jornada, alcançando meus objetivos.

Quero agradecer aos meus pais, cujo esforço foi fundamental para a realização desse sonho, que se tornou também o deles. Eles estiveram ao meu lado em todos os momentos, desde os mais desafiadores até os mais felizes, sendo a minha base constante.

Um agradecimento especial à minha irmã, que desempenhou um papel crucial nessa jornada, me incentivando e oferecendo apoio nos momentos em que mais precisei.

Aos meus primos Livia e Davi, agradeço por terem acompanhado todo o processo ao meu lado me apoiando.

À professora Mylene, minha orientadora, agradeço por sua dedicação, comprometimento e orientação valiosa, proporcionando conselhos e conversas construtivas.

A todos os familiares e amigos que me apoiaram e incentivaram ao longo dessa trajetória, meu sincero agradecimento por contribuírem para a realização deste sonho.

Obrigada a todos!



RESUMO

Na atualidade, os conceitos de integração e inclusão vêm se tornando cada vez mais populares, o que contribui para ampliar a busca dos direitos dos estudantes que sofrem com barreiras de participação e de aprendizagem. No entanto, em geral, há uma falta de compreensão por parte das pessoas em relação à distinção entre esses conceitos e suas principais funções, sendo pertinente ressaltar que tanto seus significados quanto suas aplicações diferem substancialmente. O objetivo do atual trabalho é elucidar a diferença entre integração e inclusão para que pessoas interessadas no tema tenham acesso à leitura para construir novos saberes e entenderem o que realmente acontece na escola de seu familiar/amigo. A metodologia utilizada será pesquisa qualitativa, com análise documental e entrevista com alunas do curso de Pedagogia da Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF). A entrevista nos apresentou diversos aspectos importantes e desafios enfrentados nas instituições de ensino quando se trata de inclusão. Nossos resultados indicam que os processos formativos precisam focar nas concepções e nas distinções que envolvem o processo de integração e inclusão praticados nas escolas.

Palavras-chave: integração; inclusão; educação inclusiva



SUMÁRIO

1- INTRODUÇÃO.....	3
2- COMPREENDENDO OS CONCEITOS INTEGRAÇÃO E INCLUSÃO.....	8
3- O QUE PENSAM AS ESTUDANTES DO CURSO DE PEDAGOGIA SOBRE OS CONCEITOS DE INTEGRAÇÃO E INCLUSÃO?.....	11
4- CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	18
5- REFERÊNCIAS.....	19

1- INTRODUÇÃO

Para darmos início ao trabalho destaco o pensamento do patrono da educação, Paulo Freire (1999) na obra Educação como prática da liberdade, que afirma: “A educação é um ato de amor, por isso, um ato de coragem. Não pode temer o debate. A análise da realidade. Não pode fugir à discussão criadora, sob pena de ser uma farsa”. Portanto, devemos ter uma visão revolucionária da educação como um ato profundamente humanista, enraizado na empatia e na coragem.

Desde a infância cultivava o desejo de me tornar professora, manifestado nas brincadeiras de escola com minhas bonecas e amigas, que desempenhavam o papel de alunas. Em 2017, a minha vida tomou um novo rumo quando uma criança do meu círculo de amigos começou a apresentar sinais de autismo. Acompanhei de perto toda a investigação e o desenvolvimento dessa criança, uma experiência que aguçou ainda mais meu interesse pela área da educação e inclusão.

No segundo semestre de 2018, recebi a oportunidade de cursar Pedagogia na Universidade Federal de Lavras (UFLA), para onde havia direcionado a nota do Exame Nacional do Ensino Médio (Enem). Durante um ano e meio, me dediquei aos estudos, mas devido à distância da cidade natal, decidi solicitar a transferência para Juiz de Fora, a atual cidade de residência.

Ao vivenciar as experiências e desafios de uma criança autista em meu convívio, pude perceber o quão essencial é promover uma sociedade mais inclusiva, onde todas as pessoas tenham a oportunidade de participar plenamente da vida em comunidade, independentemente de suas diferenças.

Essa jornada me sensibilizou para a importância da educação inclusiva, da conscientização e do apoio às famílias e indivíduos que enfrentam essas realidades. Não apenas despertou minha paixão, mas também instigou minha determinação em encontrar maneiras de contribuir para um mundo mais acolhedor e equitativo. Diante disso, comprometo-me integralmente a dedicar tempo e esforço na promoção ativa da inclusão e compreensão em nossa sociedade.

Refletindo sobre minha trajetória, recordo as palavras de Paulo Freire em "Pedagogia da Autonomia", publicado em 1996: "Me movo como educador, porque, primeiro, me movo como gente." Essa citação nos convida a uma reflexão sobre o processo educacional e a importância de reconhecermos nossa humanidade como ponto de partida. Paulo Freire, é amplamente conhecido por sua abordagem pedagógica voltada ao aluno. Suas palavras

ênfatizam que, antes de sermos educadores ou aprendizes, somos seres humanos. Isso implica que a educação não deve ser um processo frio e desprovido de emoção, deve reconhecer as experiências, desejos e medos de cada indivíduo.

Quando nos movemos como "gente", estamos reconhecendo nossa humanidade compartilhada, nossa capacidade de sentir empatia, compreender as complexidades das vidas dos outros e, assim, criar um ambiente educacional mais inclusivo e significativo. Ao considerarmos essa ideia, podemos lembrar que cada estudante é uma pessoa com uma história única, que merece respeito, dignidade e a oportunidade de se desenvolver plenamente.

O dicionário Aurélio¹ define integração como “Incorporação; ação de incorporar, de unir os elementos num só grupo”, já a inclusão como “Integração absoluta de pessoas que possuem necessidades especiais ou específicas numa sociedade: políticas de inclusão”. No contexto educacional, o termo inclusão segue o mesmo conceito dado pelo dicionário. No entanto, o termo integração entra em conflito. O dicionário diz ser unir em um só grupo, mas, no contexto educacional, as pessoas com deficiência são colocadas junto com as demais, porém, não são participantes ativos neste grupo.

Para Mantoan (2003), o termo integração significa inserir estudantes com deficiência em escolas regulares, referindo-se mais especificamente à inserção de alunos com deficiência nas escolas comuns, seu emprego ocorre também para designar alunos com deficiência, agrupados em escolas especiais. O conceito de inclusão, por sua vez, não apenas coloca em discussão as políticas e estruturas da educação especial e regular, mas também desafia fundamentalmente o conceito de integração. Ele demonstra incompatibilidade com a integração, uma vez que busca a inclusão escolar de maneira radical, abrangente e sistemática. Nesse contexto, todos os alunos, sem exceção, devem participar das aulas nas escolas regulares.

Os termos “Integração e Inclusão” que serão abordados para efeito deste trabalho, terá foco nos alunos com deficiência no contexto escolar, mas é relevante destacar que tais conceitos se estendem a outros grupos socioculturais como etnias, crenças e sexualidade.

É importante notar que esses termos não possuem o mesmo significado e nem a mesma determinação. No entanto, muitas vezes, são confusos, de forma que instituições reconhecem suas iniciativas como inclusão, quando, na verdade, estão propondo integração. Por isso, neste trabalho busca-se esclarecer os conceitos para auxiliar pessoas com interesse na temática, a compreenderem a diferença existente e adquirirem novos saberes. Sabemos ser responsabilidade da instituição fazer a inclusão dos alunos, como é previsto na “Lei Brasileira

¹ <https://www.dicio.com.br/aurelio-2/>

de Inclusão da Pessoa com Deficiência” (LBI), Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015, que se trata de um conjunto de dispositivos destinados a assegurar e a promover, em igualdade de condições com as demais pessoas, o exercício dos direitos e liberdades fundamentais por pessoas com deficiência, visando a sua inclusão social e cidadania. (BRASIL, 2015).

É perceptível que existem profissionais/instituições que têm entendimento equivocado sobre integração e inclusão. Além disso, esses termos não são tão abordados fora do âmbito da faculdade. Portanto, é pertinente dizer que tais termos só se tornaram de conhecimento da autora deste trabalho, quando cursou a disciplina de Educação Inclusiva na UFLA. Dessa forma, busquei desenvolver este estudo com uma escrita acessível para alcançar pessoas que não tenham tanto conhecimento sobre a temática.

Para darmos continuidade, é válido compreender a existência dos quatro conceitos (Exclusão, Segregação, Integração e Inclusão) que historicamente praticados em nossa sociedade em relação às pessoas com deficiência e outros grupos considerados marginalizados. Para melhor compreender os conceitos, faremos uso de imagens que demonstram as concepções e práticas envolvidas em cada situação. A exclusão (Figura 1) é algo que sempre existiu ao longo de nossa história. No caso específico da população com deficiência, de acordo com Leme e Fontes (2017), a partir das colocações de Figueira (2008), exclusão é quando uma pessoa com deficiência é considerada pela sociedade como inválida. Nesse contexto, pessoas com deficiência são excluídas da sociedade por serem consideradas anormais, e, conseqüentemente, são excluídas da convivência daqueles que são considerados normais, de modo a reforçar algumas identidades e inferiorizar outras.

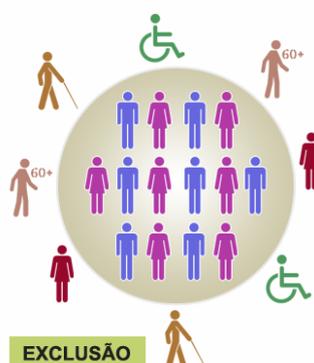


Figura 1: ESQUEMA SOBRE A EXCLUSÃO

Fonte: <https://www.guiadoeducadorinclusivo.org.br/capitulos/capitulo-1>

Na segregação (Figura 2), Leme e Fontes (2017) dizem que a pessoa com deficiência é vista como um ser humano inferior, por isso, é separada de todo o resto da sociedade. Nesse caso, pessoas com deficiência, por exemplo, passam a frequentar lugares criados para elas, como a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais - APAE. A APAE, historicamente, se constitui em um espaço escolar segregado para as pessoas com deficiência.



Figura 2: ESQUEMA SOBRE A SEGREGAÇÃO

Fonte: <https://www.guiadoeducadorinclusivo.org.br/capitulos/capitulo-1>

A integração (Figura 3), de acordo com Leme e Fontes (2017), considera que as pessoas com deficiências devem se adaptar à sociedade sem que a mesma faça qualquer esforço para auxiliar no processo. Essas pessoas que eram excluídas e/ou segregadas conseguem frequentar os mesmos lugares que as pessoas consideradas normais, mas ainda, ficam separadas. Por exemplo, o professor de educação física prepara uma atividade na quadra que é pular corda, um cadeirante vai conseguir participar? Não. Então, conseqüentemente, ele está presente, mas não está sendo incluído na atividade.



Figura 3: ESQUEMA SOBRE A INTEGRAÇÃO

Fonte: <https://www.guiadoeducadorinclusivo.org.br/capitulos/capitulo-1>

Por fim, Leme e Fontes (2017) afirmam que na inclusão (Figura 4) a sociedade se faz dinâmica, no sentido de oferecer modificações nos âmbitos culturais, sociais, especiais, com a finalidade de atender as necessidades destas pessoas. Tem o intuito de fazer com que todas as pessoas com deficiência tenham a acessibilidade de estar onde quiser e quando quiser, e que a educação básica e superior tenha espaço para ela com todos os direitos necessários.



Figura 4: ESQUEMA SOBRE A INCLUSÃO

Fonte: <https://www.guiadoeducadorinclusivo.org.br/capitulos/capitulo-1>

Este estudo é fruto das inquietações adquiridas no decorrer da minha trajetória de vida, que me impulsionaram a investigar tal temática, com o intuito de demonstrar os equívocos que os profissionais e instituições fazem em relação aos conceitos de integração e inclusão. Ao longo do tempo, vários conceitos foram desenvolvidos, para que hoje, as pessoas com deficiência pudessem ser incluídas na sociedade.

Compreender os conceitos e a evolução do processo é fundamental por diversas razões, podendo gerar impactos positivos na sociedade, como promover o respeito à diversidade, contribuir para o bem-estar tanto individual quanto coletivo, e reduzir a discriminação. Isso é essencial para evitar a repetição de processos dolorosos de aceitação, capacitando as pessoas a adotarem atitudes sábias e evitarem comportamentos pejorativos e capacitistas no futuro. As atitudes capacitistas envolvem os conceitos anteriormente mencionados, nas palavras de Dias (2013, p.2) apud Sousa e Farias (2019, p.4)

Capacitismo é a concepção presente no social que lê as pessoas com deficiência como não iguais, menos aptas ou não capazes para gerir a próprias vidas”, nos levando a compreender que o capacitismo é um preconceito social. Ser uma pessoa com atitudes capacitistas, é quando faz discriminação de pessoas com deficiência.

É de grande importância que pessoas com deficiência e seus responsáveis conheçam seus direitos para que os mesmos possam ser garantidos e efetivados nos espaços educacionais e sociais.

Este trabalho é organizado em quatro seções, além desta introdução, cada uma delas dedicada à exploração de aspectos específicos relacionados aos conceitos de integração e inclusão no contexto educacional. A Seção 2 aborda o tema "Compreendendo os Conceitos de Integração e Inclusão", enquanto a Seção 3 explora "O Que Pensam as Estudantes do Curso de Pedagogia sobre os Conceitos de Integração e Inclusão". As conclusões e reflexões finais são apresentadas na Seção 4 - Considerações Finais, seguidas pela Seção 5, que compreende as referências bibliográficas utilizadas ao longo do trabalho. Essa estrutura proporciona uma abordagem organizada e aprofundada sobre os temas abordados.

2- COMPREENDENDO OS CONCEITOS INTEGRAÇÃO E INCLUSÃO

Nesta seção, propõe-se discutir e analisar o livro *"Inclusão escolar: O que é? Por quê? Como fazer?"* (MANTOAN, 2003). A obra está organizada em três tópicos principais: (I) Inclusão escolar: o que é?; (II) Inclusão escolar: por quê?; e, (III) Inclusão escolar: como fazer? A autora, ao compartilhar seus conhecimentos, experiências e questionamentos sobre a temática da inclusão escolar, visa proporcionar aos leitores uma compreensão aprofundada e reflexiva sobre esse importante aspecto do contexto educacional.

Sabemos que todo cidadão tem o direito à educação, como assegura a Constituição Federal de 1988. Propõe a dignidade da pessoa humana (artigo 1º, incisos II e III), que não exista nenhuma forma de discriminação (artigo 3º, inciso IV). E também garante no artigo 205: "A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho."

Portanto, o artigo 205, ratificado pela Lei nº 13.146/2015, assegura que todas as pessoas com deficiência têm o direito de se matricular no ensino regular e ter acesso ao Atendimento Educacional Especializado, preferencialmente nas escolas regulares. Neste sentido, Mantoan (2003), deixa claro que almeja que todas as escolas sejam instituições completamente inclusivas em todos os seus aspectos, sem discriminações. A autora observa que no decorrer dos anos, a educação tem passado por evoluções significativas. Essa constante transformação implica em um processo contínuo de reflexão, diálogo,

aprimoramento, proposição e reavaliação em face do novo, Nesse contexto dinâmico, a educação está em constante reinvenção, buscando adaptar-se para possibilitar uma inclusão adequada e efetiva.

É importante reforçar a compreensão de que a inclusão não se limita apenas às crianças com deficiência. Ela abrange também as questões sociais, culturais, identidade de gênero, religiosas, étnicas e outras diversidades presentes na sociedade. O objetivo é criar um ambiente educacional acolhedor, que valorize e respeite a pluralidade de experiências e perspectivas.

A inclusão escolar não se trata apenas de garantir o acesso de todos os alunos à escola, mas também de promover a participação ativa e significativa de cada indivíduo, considerando suas particularidades e necessidades. Segundo a autora, para que isso aconteça, é necessário repensar práticas pedagógicas, estruturas físicas, currículos e formas de interação, de modo a construir um ambiente inclusivo, onde todos se sintam pertencentes e possam desenvolver seu potencial máximo.

A inclusão de todos os alunos é um passo fundamental a ser dado nas escolas. É importante reconhecer e valorizar os avanços alcançados nesse processo. As instituições de ensino não podem permitir que essa situação retroceda, devem estar sempre atentas para evitar a anulação e marginalização das diferenças existentes.

É necessário salientar que, no processo de ensino-aprendizagem, o enfoque não reside no percurso em si, mas sim na garantia de que cada estudante tenha oportunidade de aprender de acordo com a sua compreensão individual e expressar seu conhecimento de maneira única. Cada aluno traz consigo habilidades distintas, estilos de aprendizagem específicos e forma singulares de expressão, cabendo à escola o papel de reconhecer essa rica diversidade.

Muitas escolas ainda excluem os alunos devido à falta de formação, sensibilidade e compreensão do processo de desenvolvimento e diversidade humana. Os estudantes expressam a necessidade de receber atenção que talvez não esteja diretamente ligada ao currículo escolar, mas a escola ignora essa questão. Portanto, pode-se dizer que a instituição está disposta a receber novas pessoas e grupos, mas quando se trata de novos conhecimentos, ela se limita aos saberes escolares convencionais. Isso resulta na exclusão de muitos alunos que possuem um interesse maior em outros temas específicos.

Cada instituição de ensino deve seguir um sistema escolar adequado ao seu nível, seja federal, estadual ou municipal. Muitos desses sistemas ainda seguem uma abordagem que diferencia os alunos entre aqueles considerados normais e aqueles com deficiência, separando

o ensino regular do especial. No entanto, com o surgimento da inclusão, essa perspectiva está passando por transformações significativas, resultando em uma nova forma de pensar sobre a educação.

Como apontado por Freire em *Pedagogia do Oprimido* (1987) “Não há saber mais ou saber menos: há saberes diferentes.” Algumas escolas vão ao contrário desse posicionamento, concentrando seus esforços em determinar como avaliar esses estudantes, buscando compreender seu nível de conhecimento e identificar suas lacunas. No entanto, é raro que se avalie o que a escola faz em relação aos métodos de ensino e como aborda essa questão. Enfrentar esse desafio é complexo, porém, absolutamente crucial, pois a exclusão não deve ter lugar nem dentro, nem fora do ambiente escolar.

Refletir sobre exclusão, integração e inclusão implica sempre considerar o outro, compreender sua realidade para, a partir desse entendimento, iniciar a reflexão sobre as ações necessárias. Nesse contexto, é relevante citar as palavras de Mantoan (2003, p.19):

A diferença, nesses espaços, “é o que o outro é” — ele é branco, ele é religioso, ele é deficiente, como nos afirma Silva (2000). “é o que está sempre no outro”, que está separado de nós para ser protegido ou para nos protegermos dele. Em ambos os casos, somos impedidos de realizar e de conhecer a riqueza da experiência da diversidade e da inclusão. A identidade “é o que se é”, como afirma o mesmo autor — sou brasileiro, sou negro, sou estudante.

As identidades associadas à deficiências se traduzem em barreiras de participação e aprendizagem. De acordo com a LBI, a pessoa com deficiência tem direito a um mediador para auxiliá-las durante as aulas em uma escola regular. No entanto, quando esse suporte é providenciado, frequentemente surge uma dinâmica na qual o aluno é, de certa forma, “esquecido” pelo professor regente, passando a ser encarado como responsabilidade exclusiva do profissional de apoio. Isso resulta na exclusão involuntária desse aluno da dinâmica da sala de aula. Além disso, há casos em que o aluno é considerado como parte da turma, mas as atividades propostas não são as mesmas que as dos outros colegas, ou seja, o aluno tem um currículo diferente da turma. Nesse cenário, consideramos que ocorre o processo de integração para esse aluno, isto é, ele está na sala de aula, mas sua participação e aprendizagem não está garantida.

Ao abordarmos o contexto escolar, observamos que muitas instituições têm adotado um método de ensino altamente estruturado, caracterizado por uma abordagem conteudista. Freire em *Pedagogia da Autonomia* (1996) afirma que “ensinar não é transferir conhecimento, mas criar possibilidades para a sua própria produção ou a sua construção.” Nesse modelo, o

currículo é predominantemente baseado em apostilas, ditando o que será ensinado de acordo com seu conteúdo e sequência predefinidos. Além disso, os professores são pressionados a aderir a prazos.

Além dos desafios acima mencionados, há uma lacuna evidente quando se trata de flexibilidade para introduzir novos conteúdos ou abordar desafios individuais dos alunos. É relevante destacar que, em muitos casos, a escola representa o único ambiente onde esse aluno terá acesso ao conhecimento. Como Santos (1995) apud Mantoan (2003, p. 12 e 13) nos aponta, a comunidade acadêmica não pode continuar a pensar que há um único modelo de cientificidade e uma única epistemologia e que, no fundo, todo o resto é um saber vulgar, um senso comum que ela contesta em todos os níveis de ensino e de produção do conhecimento.

3- O QUE PENSAM AS ESTUDANTES DO CURSO DE PEDAGOGIA SOBRE OS CONCEITOS DE INTEGRAÇÃO E INCLUSÃO?

Para aprofundar este artigo, serão utilizados dados provenientes de entrevistas realizadas com estudantes do curso de Pedagogia da Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF). O objetivo é analisar como essas estudantes percebem as práticas escolares, destacando suas experiências nos estágios obrigatórios e não obrigatórios, bem como em outras atividades acadêmicas e/ou de extensão que propiciaram o contato com práticas escolares voltadas à diversidade dos alunos.

A entrevista foi realizada através do Google Forms e contou com a participação de sete discentes, todas do sexo feminino. A entrevista foi composta por oito perguntas dissertativas, sendo elas: 1) O que significa integração para você? 2) O que você entende por inclusão? 3) Na escola em que você faz estágio, acontece integração ou inclusão na sala de aula? Justifique. 4) O que uma escola precisa fazer para apoiar a diversidade dos alunos? 5) Como os professores devem proceder para possibilitar a aprendizagem e a participação de todos os alunos? 6) Você fez ou está fazendo algum estágio? Qual(is)? 7) Durante a experiência nos estágios consegue identificar situações de exclusão, integração, inclusão? Pode fazer um breve relato? 8) Você acha que acontece uma confusão entre os termos integração e inclusão na escola? Justifique.

O conceito de integração nas vozes das estudantes do curso de Pedagogia da UFJF foi pontuado como, algo que inclui e integra; introduz no mesmo ambiente pessoas típicas e atípicas; insere estudantes com deficiência na instituição, porém sempre separando-os dos

demais alunos por meio de diferentes atividades; une todas as pessoas, sem distinção, em um só grupo, fazendo com que nenhuma pessoa se sinta excluída; vai além de simplesmente receber alguém, envolvendo também o respeito às suas necessidades e a contribuição com recursos que possibilitem uma integração completa; implica a inclusão de pessoas com necessidades especiais em um ambiente, com adaptações especificamente para as urgências que ocorrerem, considerando o “problema” somente quando ele surgir; e, por fim, representa permitir que o aluno tenha acesso ao espaço, embora, por vezes, não consiga participar plenamente das atividades que ali ocorrem. Essa diversidade de perspectiva destaca a complexidade e amplitude do entendimento sobre integração no contexto educacional.

É positivo notar que as alunas demonstraram coerência em suas respostas quando questionadas sobre o conceito, o que sugere que elas têm uma boa compreensão do tópico. A compreensão aprofundada desse conceito é crucial, pois pode viabilizar as escolhas e posicionamentos coerentes das estudantes em suas futuras práticas de ensino. Essa compreensão sólida contribuirá significativamente para o seu desenvolvimento como educadores, promovendo uma atuação mais efetiva e consciente na promoção da inclusão e diversidade no ambiente escolar. De acordo com Mazzota (2002) apud Báfica (2012, p.99)

O ponto fundamental é compreender que integrar pressupõe ampliar a participação nas situações comuns, para os indivíduos que se encontram segregados. Ou seja, a integração é necessária para indivíduos que se encontram em situação de educação especial ou outras situações de segregação. Já para os demais deficientes que se encontram em escolas regulares, deve-se pleitear a educação escolar baseada no princípio da não segregação, ou seja, da inclusão.

Sobre o conceito de inclusão elas pontuaram que é algo que inclui; inclui os alunos que por algum motivo são excluídos ou inviabilizados, de forma que se sintam pertencentes como as pessoas que já estavam integradas no grupo; reconhece as diversidades e abraçar essas diferenças, respeita e faz e fazer adaptações através das necessidades para desenvolver a sua autonomia; constrói um ambiente que acolha e atenda as necessidades de uma PCD (Pessoa com Deficiência) naturalmente e não por algo que é imposto; garante que o estudante atípico tenha acesso ao desenvolvimento de sua autonomia; permite que o aluno tenha acesso ao espaço escolar e esteja incluído em todas as atividades participando efetivamente; respeita às diferenças das pessoas, garantindo seu pertencimento na sociedade.

Ao relacionarmos essas afirmações anteriores com a perspectiva de Paulo Freire (2008) apontadas por Garcia e Abreu (2018, p.9), torna-se evidente que a inclusão educacional deve se pautar pela flexibilidade na abordagem educativa. Essa flexibilidade visa

assegurar a oferta de uma educação básica de qualidade a todos os estudantes, representando um caminho essencial para combater a exclusão no ambiente educacional. Superar os desafios apresentados pelo legislativo no que se refere à implementação de mudanças estruturais e funcionais em diferentes níveis do sistema educacional é fundamental. Isso requer o reconhecimento das necessidades individuais de cada aluno, a adaptação do currículo e a aceitação das diversidades.

Com base nas respostas das estudantes, fica evidente que elas têm um entendimento do conceito de inclusão. Destacam que a inclusão é um processo que visa acolher as pessoas e proporcionar-lhes um senso de pertencimento. Além disso, reconhecem a importância das adaptações curriculares para atender às necessidades individuais dos alunos, tornando o ambiente educacional mais inclusivo. Mencionam também o desenvolvimento da autonomia, o que é um aspecto fundamental da inclusão, uma vez que ajuda os alunos a se tornarem mais independentes e participativos em sua própria educação. Essas percepções indicam um profundo entendimento das implicações e desafios relacionados à inclusão, e é encorajador ver que as estudantes estão cientes da importância desse conceito.

A percepção das discentes sobre o processo de integração e inclusão em suas experiências de estágio revela uma diversidade de entendimentos. Enquanto consideram a integração como uma forma de “falsa inclusão”, destacando a presença do aluno na sala, mas com limitações nas atividades, outras alunas relatam situações em que não percebem a presença de nenhum dos dois conceitos. Há relatos de alunos sendo colocados no fundo da sala, evidenciando uma prática que não tem alunos com deficiência. Contudo, outra aluna destaca que a integração parece predominar sobre a inclusão em algumas situações, já que o aluno está presente na sala, mas enfrenta dificuldades em desenvolver determinadas atividades. Essas diferentes perspectivas ressaltam a complexidade e a variedade de abordagens adotadas nas escolas em relação à integração e inclusão. Fica evidente que a simples presença do aluno na instituição não garante automaticamente a efetiva inclusão, sendo fundamental considerar as práticas e adaptações que realmente promovem a participação plena de todos os alunos.

Após analisar as respostas, é perceptível que as participantes demonstraram uma compreensão dos conceitos de integração e inclusão, bem como das distinções entre os mesmos. Além disso, abordaram de maneira significativa, a questão crítica relacionada à falsa crença de que a mera matrícula de um aluno com deficiência em uma escola regular é equivalente à inclusão.

As respostas das estudantes destacam várias medidas que uma escola precisa adotar para apoiar a diversidade dos alunos. Entre as principais sugestões estão implementar um planejamento específico visando a inclusão de um determinado aluno, para não se tornar algo improvisado garantindo que se sentem pertencentes à escola.; Focar em uma educação pautada em valores humanistas, respeito, empatia, democracia, abordando assuntos que promovam a diversidade; Tratar a inclusão como forma integrante e diária no ambiente escolar, em vez de lidar com isso apenas em ocasiões especiais de forma para apagar o incêndio; Fornecer suporte e formação para todos os funcionários da escola, garantindo que compreendam e estejam preparados para lidar com a diversidade; Capacitar os professores através de formação continuada para que fiquem atualizados do assunto e abram seu leque de conhecimento; Além de assegurar o acesso dos alunos à escola, garantir a permanência, criando um ambiente que proporcione suporte contínuo e desenvolvimento aos estudantes; Aplicar o Desenho Universal para Aprendizagem (DUA) e garantir o desenvolvimento aos alunos.

As respostas das alunas corroboram com a ideia de práticas pedagógicas inclusivas, visto que destacam a necessidade do planejamento, do acolhimento para que o aluno se sinta pertencente a escola, do foco em uma educação humanista, do apoio e suporte necessário para os estudantes e da formação contínua dos professores.

O Desenho Universal para a Aprendizagem (DUA), segundo Zerbato e Mendes (2018, p.150) foi concebido por David Rose, Anne Meyer e outros pesquisadores do Center for Applied Special Technology (CAST), com o respaldo do Departamento de Educação dos Estados Unidos, em 1999, no estado de Massachusetts (CAST UDL, 2006). A inspiração para o desenvolvimento do DUA surgiu da projeção de edifícios e espaços públicos pela arquitetura, fundamentada no conceito de Design Universal, visando proporcionar acesso a todos sem restrições (Nelson, 2013).

O DUA é mencionado como estratégia didática e curricular para ajudar os educadores no processo de mediação pedagógica, de modo a garantir que todos os estudantes, independentemente de suas características individuais e estilos de aprendizagem, tenham a oportunidade de aprender em condições equitativas. A analogia da rampa é uma maneira eficaz de exemplificar o princípio do DUA, e como ele colabora no processo de aprendizagem para crianças, independentemente de terem ou não deficiência.

Assim como uma rampa proporciona acesso fácil a pessoas com deficiência física, ela também é utilizada sem dificuldades por pessoas sem limitações físicas. Da mesma forma, ao aplicar estratégias de ensino baseadas no DUA, busca-se criar ambientes educacionais que

sejam flexíveis e acessíveis a todos os estudantes, considerando suas diferentes habilidades, estilos de aprendizagem e necessidades.

Ao adotar práticas pedagógicas inclusivas, o DUA visa eliminar barreiras e oferecer suporte variado, permitindo que todas as crianças, independentemente de suas características individuais, participem ativamente do processo de aprendizagem. Assim como a rampa facilita a mobilidade para todos, o Design Universal na educação visa promover o acesso equitativo ao conhecimento para cada aluno.

Como os professores devem proceder para possibilitar a aprendizagem e a participação de todos os alunos? As entrevistadas destacam as possibilidades de desenvolver atividades em grupo, atividades de socialização com a participação de todos da sala; Aperfeiçoar sua didática, buscando ser mais humanista; Considerar as necessidades de seus alunos no planejamento; Fazer adaptações; Procurar por formação e esclarecimentos; Adaptar suas atividades de acordo com as necessidades presentes na turma, e incentivar os estudantes que se ajudem para que eles entendam e reconheçam suas limitações; Permitir que a aprendizagem de todos aconteça de maneira igualitária.

Conforme expresso pelas discentes, ressalta-se a importância do planejamento do professor abranger atividades que visem superar as barreiras enfrentadas por todos os alunos. É fundamental que esse planejamento incorpore uma variedade de atividades, contemplando diferentes abordagens, de modo a atender às necessidades e características distintas de cada estudante. É importante que a criança vivencie experiências diversas, tal qual como previsto na BNCC (Base Nacional Comum Curricular). A BNCC (2018), como documento formal, tem o propósito de orientar as redes de ensino na elaboração dos currículos escolares e propostas pedagógicas. Ela assegura o direito à aprendizagem das crianças, proporcionando experiências que envolvem o conhecer-se, a participação, a exploração, a convivência, o brincar e a expressão. Além disso, tem os campos de experiências: O eu, o outro e o nós; Corpo, gestos e movimentos; Traços, sons, cores e formas; Escuta, fala, pensamento e imaginação; Espaços, tempos, quantidades, relações e transformações.

Para Paulo Freire (1987), a educação não deve ser apenas uma transmissão de conhecimento, ou seja, uma educação bancária, na qual só se deposita conhecimento em seus estudantes. Uma educação dialógica, valoriza a participação ativa dos alunos e a consciência crítica, com o intuito de promover a igualdade. As respostas das discentes foram baseadas em suas experiências de estágios realizados durante a graduação, sendo eles: obrigatórios e não obrigatórios na educação infantil, alfabetização, ensino fundamental, EJA (Educação de Jovens E Adultos), acompanhamento de aluna com Transtorno do Espectro Autista e gestão.

Ao serem questionadas se durante a experiência nos estágios identificaram situações de exclusão, integração, ou inclusão, todas responderam afirmativamente, revelando uma série de situações complexas. Foi ressaltado que houve a identificação de preconceito por parte de pais e educadores em relação a determinados alunos, resultando em sua exclusão. Em contrapartida, também se percebeu que algumas educadoras se esforçavam para criar uma sala de aula integrada e inclusiva, com planejamento prévio para que todos se sentissem valorizados. Algumas entrevistadas ressaltaram a observação constante de situações de bullying, isolamento de alunos com deficiência e a reprodução desses comportamentos pelos próprios alunos, além de experiências em que alunos com necessidades especiais eram considerados inexistentes no ambiente escolar, como evidenciado pela falta de rampas ou adaptações, com a justificativa de não haver alunos cadeirantes. Outra situação relatada foi a identificação de integração, mas com atividades separadas para crianças atípicas, seja realizando a mesma atividade ou proporcionando atividades coloridas como passatempo. Por fim, houve relato de uma situação em que um aluno com deficiência, ao avistar seus pais durante uma apresentação, ficou desconcertado e chorou, e a reação da professora foi pedir para que fosse retirado do local, resultando em sua exclusão momentânea: “uma vez durante uma apresentação onde todos os pais estavam presente, meu aluno avistando seus pais ficou completamente desconcertado por não poder ir até eles, começou a chorar muito e saiu correndo, na tentativa de tentar acalmá-lo, peguei ele no colo, porém ele demora um pouco a se recompor, desta forma a primeira reação da professora foi pedir para que eu retirasse ele do local e fosse para o parquinho onde ninguém poderia vê-lo, para não fazer feio na frente dos outros pais.” Os alunos com deficiência não ficavam em sala de aula e nada era feito, já que tinha a mediadora. Só por ter uma pessoa por conta do aluno era entendido que já existia a inclusão. Sendo assim, esses relatos destacam a complexidade da dinâmica escolar em relação à inclusão, evidenciando desafios relacionados a preconceitos, práticas discriminatórias, falta de adaptações adequadas e a necessidade de uma compreensão mais abrangente do que verdadeiramente significa incluir todos os alunos de maneira efetiva.

As estudantes entrevistadas compartilharam experiências diversas. Apenas uma delas notou os esforços contínuos da professora para criar um ambiente inclusivo na sala de aula. Por outro lado, as demais abordaram aspectos relacionados à exclusão e integração. As respostas fornecidas indicam uma realidade preocupante em relação à inclusão de alunos com necessidades especiais em ambientes educacionais. Foi observado a presença de preconceito, bullying, comportamentos discriminatórios, exclusão física, a falsa inclusão, falta de sensibilidade e empatia e responsabilidade coletiva, uma vez que o aluno é da escola e não de

um professor. Podemos, então, perceber a gravidade da situação e destacar que é necessário, urgentemente, uma mudança nesse aspecto. A colaboração e a conscientização são essenciais para criar ambientes educacionais que respeitem e atendam às necessidades de todos os alunos.

Por fim, foi retomado o objetivo central do trabalho que é desvelar a existência de equívocos na compreensão dos termos integração e inclusão na escola. As respostas indicam que todas as estudantes concordaram que existe confusão no entendimento entre os conceitos de integração e inclusão. “Eu mesma tenho dúvidas se sei ao certo a diferença, espero que sim. Mas, como professores, estamos sempre aprendendo, e nunca é tarde para aprender novos conceitos e diferenciações de modo a influenciar positivamente na prática pedagógica.”; “Na maioria das vezes a escola só recebe o aluno com alguma deficiência, mas não o inclui plenamente e verdadeiramente.”; “Sou um exemplo dessa confusão que só foi trazida ao meu conhecimento na universidade, antes nunca nem havia ouvido falar de integração e não sabia que a inclusão era algo tão inexistente.”; “eu mesma não sei a diferença”; “As escolas integram com a certeza de que estão incluindo só pelo fato de ter uma criança atípica na escola. Colocam uma profissional, às vezes estagiária, para “ficar por conta” daquela criança atípica achando que estão fazendo um ótimo trabalho”; “pois eles acham que apenas jogando os alunos na sala eles e deixando eles fazerem qualquer coisa já é inclusão, mas a inclusão é bem mais complexa e significativa que isso.”; “como eu disse, a inclusão vai além de possibilitar a presença do aluno com deficiência na escola, o relato anterior é um grande exemplo disso. Muitos profissionais não sabem essa diferença.”

Com as respostas das alunas, confirma-se que existe realmente uma confusão entre os conceitos dos termos integração e inclusão. Em suas colocações, deixaram claro que existe desconhecimento sobre a temática. A maioria delas compartilham a percepção de que, na prática, as escolas muitas vezes apenas recebem alunos com deficiência, sem efetivamente incluí-los plenamente. A inclusão é vista como um conceito mais profundo do que simplesmente ter a presença de alunos atípicos na escola. A falta de conscientização prévia também foi ponto para discussão, algumas alunas expressaram que só tiveram conhecimento dos conceitos de integração e inclusão durante seus estudos na universidade. Isso destaca uma possível lacuna na formação inicial dos professores em relação a esses temas essenciais.

Para concluir a reflexão deste trabalho, compartilho o pensamento de Paulo Freire em “Pedagogia da Autonomia” (1996): “O educador se eterniza em cada ser que educa”. Essa afirmação ressalta que o legado do educador vai além do conhecimento a ser transmitido em sala, ele é duradouro, interfere na transformação e no crescimento contínuo do sujeito.

Destaca-se, assim, a importância do professor como agente transformador e influência positiva na formação das futuras gerações, deixando uma parte de si em cada aluno. Essa ideia sublinha a responsabilidade e o poder que os educadores têm em moldar não apenas o intelecto, mas também o caráter e o potencial de cada estudante.

4- CONSIDERAÇÕES FINAIS

O atual trabalho teve como finalidade, abordar os conceitos de integração e inclusão com o intuito de contribuir com pessoas interessadas na temática, além da discussão teórica, buscamos entrevistar estudantes do curso de Pedagogia para ampliar nosso conhecimento e embasamento teórico. As entrevistadas trouxeram exemplos de situações que ocorrem no cotidiano escolar, além de demonstrar a compreensão que as estudantes têm sobre os conceitos de integração e inclusão.

É significativo enfatizar a importância de abordar essa temática, uma vez que ela recebe pouca atenção. Além disso, esta pesquisa desempenha um papel crucial no reconhecimento do que é necessário para uma aprendizagem mais eficaz e inclusiva. Destacamos, ainda, a relevância de apresentar como isso pode ser alcançado. É essencial ressaltar o impacto positivo que esse trabalho pode ter na conscientização de professores e de indivíduos interessados nesse assunto.

Na entrevista realizada neste estudo, ficou evidente a necessidade de abordar essa questão, especialmente no contexto dos professores. Mesmo reconhecendo a existência desses termos, os entrevistados destacaram a confusão ou preconceito que muitas vezes permeia a compreensão dos conceitos associados a esses termos.

Ao longo deste trabalho, destacamos os desafios presentes na educação brasileira, juntamente com proposições que implicam transformação no que tange ao processo de formação continuada a todo o corpo de professores e trabalhadores da educação.

Dessa forma, reiteramos a importância e continuidade desse estudo, que pode oferecer não apenas novas informações, mas também proposições que contribuam efetivamente para o processo de uma educação inclusiva.

5- REFERÊNCIAS

AMANKAY. **Capítulo 1: Inclusão: O que é ?**. 2017. Acesso disponível em: <<https://www.guiadoeducadorinclusivo.org.br/capitulos/capitulo-1>>

BÁFICA, A. P. S. **Educação inclusiva: uma análise sobre inclusão escolar**. Revista Espaço Acadêmico, v. 11, n. 128, p. 93-101, 21 set. 2011. Acesso disponível em: <<https://periodicos.uem.br/ojs/index.php/EspacoAcademico/article/view/14518>>

BRASIL. **Base Nacional Comum Curricular**. 2018. Acesso disponível em: <<http://basenacionalcomum.mec.gov.br/>>

BRASIL. **Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015. Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência**. Acesso disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/l13146.htm>

CONSTITUIÇÃO FEDERAL DE 1988. Acesso disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm>

DICIONÁRIO AURÉLIO. **Inclusão**. Acesso disponível em: <<https://www.dicio.com.br/inclusao/>>

DICIONÁRIO AURÉLIO. **Integração**. Acesso disponível em: <<https://www.dicio.com.br/integracao/>>

FREIRE, Paulo. **Educação como prática da liberdade**. 23ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1999. Acesso disponível em: <http://www.gestaoescolar.diaadia.pr.gov.br/arquivos/File/otp/livros/educacao_pratica_liberdade.pdf>

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da Autonomia**. 25ª ed.; Paz e Terra, 1996. Acesso disponível em: <<https://nepegeo.paginas.ufsc.br/files/2018/11/Pedagogia-da-Autonomia-Paulo-Freire.pdf>>

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do Oprimido**. 17ª ed. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1987. Acesso disponível em: <http://www.letras.ufmg.br/espanhol/pdf/pedagogia_do_oprimido.pdf>

GARCIA, Ana Keila. Abreu, Waldir. **Concepções inclusivas de Paulo Freire na educação dos surdos**. V Congresso Paraense de Educação Especial. 2018. Acesso disponível em: <https://cpee.unifesspa.edu.br/images/ANAIS_VCPEE/COMUNICACAO_ORAL/CONCEPESINCLUSIVAS.pdf>

LEME, R. S., & DA COSTA FONTES, S. (2017). **Da integração à inclusão social: o estatuto das pessoas com deficiência e a concretização da inclusão pelos direitos assegurados**. Revista Jurídica da FA7, 14(1), 89-107. Acesso disponível em: <<https://periodicos.uni7.edu.br/index.php/revistajuridica/article/view/261/295>>

MANTOAN, Maria Teresa. **Inclusão escolar: O que é? Por quê? Como fazer?**. Ed Moderna, 2003. Acesso disponível em: <<https://files.cercomp.ufg.br/weby/up/211/o/INCLUS%C3%83O-ESCOLARMaria-Teresa-EgI%C3%A9r-Mantoan-Inclus%C3%A3o-Escolar.pdf>>

SOUSA, Vanessa. FARIAS, Adenize. **Capacitismo e currículo oculto escolar: construindo relações.** Conedu. Acesso disponível em: <https://editorarealize.com.br/editora/anais/conedu/2019/TRABALHO_EV127_MD1_SA10_ID1994_27092019000648.pdf>

ZERBATO, Ana Paula. MENDES, Enicéia. **Desenho universal para a aprendizagem como estratégia de inclusão escolar.** Educação Unisinos. v. 22 n. 2 (2018): Abril/Junho. Acesso disponível em: <<https://revistas.unisinos.br/index.php/educacao/article/view/edu.2018.222.04>>